

# **A EXPERIÊNCIA DA ESCOLA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL COM O LETRAMENTO NO ENSINO ESPECIAL**

*THE EXPERIENCE OF THE PUBLIC SCHOOL OF THE FEDERAL DISTRICT WITH LETTERING IN SPECIAL EDUCATION*

Carlos Henrique de Almeida Sampaio,  
Roberta Valeria Guedes de Lima

## **RESUMO**

Este artigo tem como objetivo apresentar a experiência da Unidade Pública de Ensino Especial - UPE de Ceilândia-DF no atendimento de crianças consideradas de educação especial. A instituição campo de pesquisa é uma escola especializada para atendimento complementar a estudantes com deficiência incluídos em escolas regulares e para estudantes com maior grau de comprometimento em caráter exclusivo. Tem como problema de pesquisa qual a importância da escola especial na formação integral de crianças especiais e de que forma o letramento autônomo as prepara para a inclusão social? Metodologicamente é uma pesquisa aplicada, com abordagem qualitativa, a partir de um levantamento bibliográfico e utiliza o método fenomenológico. O pesquisador conclui que a escola especializada oferta um ensino qualitativo na abrangência da Educação Especial, na medida em que se pauta na valorização das relações interpessoais, no respeito às necessidades destas crianças e, principalmente, no apoio ao desenvolvimento pleno da pessoa com necessidades educacionais especiais por meio de suas superações e de seus talentos.

**Palavras-chave:** Ensino Especial. Escola Pública. Educação Básica. Desenvolvimento Integral. Letramento.

## **ABSTRACT**

*This article aims to present the experience of the Public Unit of Special Education - UPE of Ceilândia-DF in the care of children considered to be of special education. The research field institution is a specialized school for complementary care for students with disabilities included in regular schools and for students with a higher degree of commitment on an exclusive basis. Has the research problem as the importance of the special school in the integral formation of special children and in what way the autonomous literacy prepares them for social inclusion? Methodologically it is an applied research, with a qualitative approach, based on a bibliographic survey and uses the phenomenological method. The researcher concludes that the specialized school offers qualitative education in the scope of Special Education, as it is based on the valuation of interpersonal relationships, respect for the needs of these children*

*and, mainly, in supporting the full development of the person with special educational needs. through their overcoming and their talents.*

**Keywords:** *Special Education. Public school. Basic education. Integral Development. Literacy.*

## **INTRODUÇÃO**

O presente artigo tem como objetivo principal apresentar a experiência da Unidade Pública de Ensino Especial - UPE de Ceilândia-DF no atendimento de crianças consideradas de educação especial.

A instituição campo de pesquisa é uma escola especializada para atendimento complementar a estudantes com deficiência matriculados em escolas regulares e para estudantes com maior grau de comprometimento em caráter exclusivo.

A pesquisa tem como objetivos específicos: explicar o que é educação especial e como está organizado no Distrito Federal; conceituar o que é a prática de letramento autônomo para o ensino especial e sua importância para a criança com deficiência; apresentar as possibilidades metodológicas do letramento autônomo para o desenvolvimento de crianças com necessidades educacionais especiais e, por fim, mostrar o trabalho realizado pela escola campo de pesquisa.

O estudo parte do seguinte problema: qual a importância da escola especial na formação integral de crianças especiais e de que forma o letramento autônomo as prepara para a inclusão social?

O pesquisador parte da hipótese de que as práticas de letramento autônomo, no ensino especial, propiciam o acesso universalizante aos indivíduos envolvidos, tornando-os mais confiantes e preparados para o exercício das práticas sociais.

Metodologicamente é uma pesquisa aplicada, com abordagem qualitativa, de um levantamento bibliográfico e utiliza o método fenomenológico. Os relatos dos professores, da orientadora e da psicóloga da escola foram coletados pelo pesquisador a partir de entrevista semi estruturada feita pelo whatsapp, no período de 12 de agosto a 24 de setembro de 2020.

A escolha do tema se deu porque o pesquisador considera que o letramento é um instrumento pedagógico - das práticas sociais - de extrema importância que fortalece a autonomia do educando. Ao mesmo tempo o incentiva a uma participação

mais ativa nas quebras de barreiras sociais e de seu desenvolvimento potencial, fortifica a descoberta da sua identidade sociocultural e das de seus familiares. o que os colocam imersos na sociedade de qual fazem parte, como integrantes de tal.

O artigo está organizado nas seguintes seções: o que é educação especial e como está organizada no Distrito Federal; em seguida conceitua o que é a prática de letramento autônomo para o ensino especial e sua importância na formação integral da criança, apresenta-se as possibilidades metodológicas do letramento para o desenvolvimento integral de crianças com necessidades educacionais especiais e, por fim, apresenta o trabalho realizado pela escola campo de pesquisa.

### **O que é educação especial e como está organizada no Distrito Federal.**

Para entender o que é a modalidade da educação especial partimos de um breve relato acerca da história brasileira sobre as pessoas com deficiências. Ao longo do tempo, as pessoas ditas “deficientes” vêm sendo vistas, pelo senso comum, como seres incapazes e defeituosos. Alguns conceitos encontrados em dicionários mostram o reforço negativo que a palavra trás para os deficientes, como por exemplo, o dicionário Aurélio, cuja definição defendida é a de que a pessoa deficiente, possui um defeito, falta algo ou - em outras palavras - é incompleto como indivíduo por ter uma carência.

Não obstante, Goffman (1988) apresenta essa terminologia do que é ser deficiente, construída pelos gregos com um ser estigmatizado. Pois eles, sobre o status morais, se baseiam em sinais corporais que evidenciam algo extraordinariamente ruim. Depois o termo foi mais utilizado como caracterização de pessoas inabilitadas para a aceitação social plena. Dá-se vê uma segregação pelos valores éticos e morais de uma sociedade exclui tais pessoas. Essa ideia pejorativa reforça que a facilidade de rotulação que menospreza os potenciais e as capacidades dessas pessoas, dá atenção só a aparências e aos impedimentos que a rotulação diz que elas têm.”

Segundo Mendes (2006), vários desdobramentos referentes a leis e decretos foram estabelecidos no Brasil, garantindo a todos o direito à educação e ao acesso à escola, representando avanços significativos na proteção de direitos que garantem a inserção da pessoa com deficiência no sistema regular de ensino .e, desta forma, tenta-se por meio da educação a superação de preconceitos em relação a essas pessoas.

A Convenção sobre o Direito das Pessoas com Deficiência (ONU 2006), ratificada pelo Brasil pelos Decretos 186/2008 e 6949/2009, em seu artigo 9º, foi uma dessas normas possibilitadores de trazer autonomia e participação plena em todos os aspectos da vida. O que colocou sobre os Estados o dever de assegurar-lhes o acesso à igualdade de oportunidades com as demais pessoas, ao meio físico, ao transporte, à informação e comunicação.

É sabido que, toda pessoa com deficiência tem o direito à educação básica como um princípio constitucional no Brasil. O direito das pessoas com deficiência à matrícula em classes comuns do ensino regular é amparado no artigo 205 da Constituição Federal, que prevê “a educação como direito de todos, dever do Estado e da família, com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988, p. 34). A Carta Magna também garante, no artigo 208, o direito ao atendimento educacional especializado.

Mas mesmo sendo um direito constitucional, em algumas situações, essas crianças ainda esbarram com o preconceito e o despreparo de algumas instituições e profissionais da educação que não estão preparados para a inclusão. Segundo Goffman (1988), ainda é preciso romper com os estigmas e o sentido pejorativo que a palavra deficiente tem. Pois, a aceitação das diferenças das pessoas com deficiência é hoje um grande desafio e uma luta ainda tão necessária. haja vista a necessidade de buscar em criar uma terminologia que consiga mudar a imagem da pessoa com deficiência, para não serem vista como totalmente incapaz ou limitada

Vale destacar que o princípio constitucional foi reafirmado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990, e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996, que definem que a educação é um ato que contribuirá significativamente para o exercício da cidadania, e que a criança com deficiência deve ter, preferencialmente, acesso ao ensino regular, corroborando assim com o entendimento do ensino inclusivo.

No entanto, acrescenta ainda que, quando necessário, serão ofertados os serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial e o atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições

específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular. Veja na Lei:

Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

III - atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, **preferencialmente** na rede regular de ensino”.

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º A oferta de educação especial, nos termos do caput deste artigo, tem início na educação infantil e estende-se ao longo da vida, observados o inciso III do art. 4º e o parágrafo único do art. 60 desta Lei (BRASIL, 1990, passim).

Ainda é garantido segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação:

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação:

I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V - acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular  
Lei (BRASIL, 1996, p. 19)

Nos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs e, também, segundo o autor Scott (1999, p.42): “a educação deve ser por princípio liberal, democrática e não doutrinária.” Por isso, acima de tudo, o estudante é um ser digno de respeito e de direito à educação de qualidade social. Nesse sentido, a educação significa um recorte universalizante próprio de uma cidadania ampliada que possibilita reencontros com uma democracia civil e sociocultural.

Dessa forma, vendo a educação como direito de cidadania, é preciso ampliar as condições sociais que tenham como garantir seus direitos, além de garantir ou antecipar o acesso à escola as pessoas deficientes. As escolas devem ser espaços favoráveis para o desenvolvimento da socialização, respeitando as limitações de cada indivíduo, e exercendo como instituição o papel social de preparação de todo ser humano para o pleno exercício da cidadania.

Algumas pesquisas vêm mostrando que o número de crianças com alguma forma de deficiência matriculadas nas escolas de ensino regular/ centro de ensinos especiais tem crescido. No entanto, estima-se que no Brasil a grande maioria das crianças com deficiência encontra-se ainda fora de qualquer tipo de escola. Por ser a inclusão escolar de crianças NEE's. Portanto, defendi Barbosa e Gomes (2006), que por ser um fato bastante recente na educação brasileira, ainda é visto com um certo desconhecimento e descontentamento dos seus benefícios, seja pelos educadores quanto, seja pelos pais. O que para eles é um grande desafio a ser superado por todos os personagens envolvidos neste modelo de educação, apesar de estar respaldada nas leis, ainda é um processo que apresenta inúmeras dificuldades.

Neste sentido, a escola deve ser um espaço amplo, tendo como ponto favorável a democratização desta educação para todos, acolhendo as suas diversidades. Por isso, a necessidade da parceria família-comunidade e escola, privilegiando os movimentos sociais e culturais como um expoente histórico que contribui com o presente, constituindo assim, um espaço propício à formação de pessoas atuantes, críticas e conscientes, autônomas e que acolhem as diferenças porque são formadas à luz da educação democrática e inclusiva.

Segundo Goffman, (1988) a pessoa com deficiência pode ser definida pela dificuldade de se relacionar, se integrar à sociedade, seja por meio de barreiras culturais, físicas ou sociais que a impeça de ter contato com os diversos aspectos da sociedade e de serem acessíveis aos demais cidadãos. A ideia de deficiência não deve ser confundida com a suas limitações psicomotoras em si, mas como uma

limitação de uma pessoa a certas atividades relacionadas à deficiência que representa.

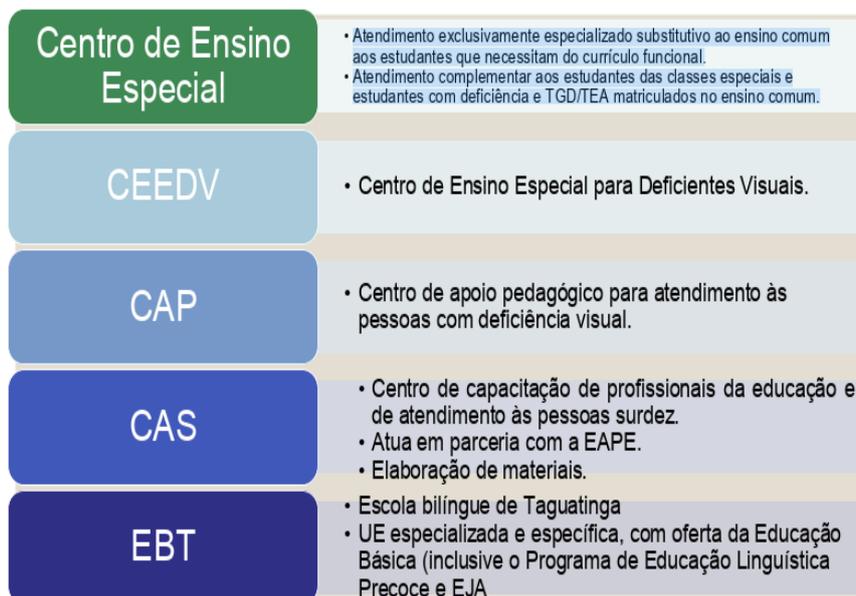
Esta preocupação também é encontrada na oferta de educação da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal. Segundo o Portal da SEEDF (2020). A Educação é inclusiva, por isso, as escolas públicas recebem estudantes com deficiência que frequentam as salas comuns do ensino regular. As matrículas são feitas em escolas o mais próximo possível da residência ou local de trabalho dos pais ou responsáveis.

Conforme o CENSO Escolar de 2019, a rede pública de educação do Distrito Federal atende um total de 15.540 estudantes com algum tipo de deficiência ou necessidade educacional especial. Dependendo da deficiência, a sala de aula é reduzida de forma que atenda bem ao deficiente e aos alunos regulares, que têm a oportunidade de aprender a lidar com as diferenças desde cedo. Para aqueles que precisam de algum atendimento especializado, existem os centros de ensino especial, as salas especiais, nas escolas regulares, e ainda as salas de recursos, com atividades no contraturno (PORTAL DA SEEDF, 2020). Abaixo apresentamos as respectivas quantidades de atendimentos em relação ao tipo de escola:

<b>Classe Comum</b>	<b>Classe Especial</b>	<b>Instituição Educacional Especializada</b>	<b>Outros Tipos</b>
Deficientes visuais – 434 estudantes Deficientes auditivos – 723 estudantes Deficiência física – 1.627 estudantes Intelectual – 4.454 estudantes TGD/TEA* – 1.989 estudantes Deficiência múltipla – 628 estudantes	Deficientes visuais – 5 estudantes Deficientes auditivos – 112 estudantes Intelectual – 1.215 estudantes TGD/TEA* – 818 estudantes Deficiência múltipla – 317 estudantes <b>Total – 2.467 estudantes</b>	Deficientes visuais – 13 estudantes Deficiência física – 1 estudante Intelectual – 941 estudantes TGD/TEA* – 521 estudantes Deficiência múltipla – 1.000 estudantes <b>Total – 2.476 estudantes</b>	<b>Educação Precoce: 3.225 estudantes</b> Unidades de atendimento: <b>19 instituições/escolas</b> <b>Sala de Recursos: 595</b> <b>Classes especiais: 626</b>

<p>Altas Habilidades/Superdotação – 742 estudantes <b>Total – 10.597 estudantes</b></p>	<p><i>*Transtornos Globais de Desenvolvimento/Transtorno do Espectro Autista.</i></p>		<p><b>Censo Escolar 2019</b></p>
---	---	--	----------------------------------

A SEE-DF se estrutura da seguinte forma para este atendimento:



**Fonte: Apresentação da professora Márcia Gomes da SEEDF.**

Em relação ao currículo, o documento “Currículo em Movimento da SEDF” preconiza que, de acordo com a Resolução nº 02/2001, do Conselho de Educação do Distrito Federal - CEDF:

tanto o currículo como a avaliação devem ser funcionais e propiciar desenvolvimento de competências sociais, acesso ao conhecimento, à cultura e às formas de trabalho valorizadas pela comunidade e inclusão do estudante na sociedade. Dessa forma, tratar do currículo da Educação Especial necessariamente implica tratar do currículo de cada uma das modalidades de ensino, pois o estudante com deficiência, transtorno global de desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação estará presente em cada uma delas (BRASÍLIA, 2018, p. 21).

Nesse contexto, não há como pensar a educação para todos sem contemplar na escola o currículo funcional e a inclusão sociocultural dos estudantes com deficiência, um dos objetivos da Educação Inclusiva. Assim, a educação como direito, sendo essa estrutural para uma sociedade justa, igualitária e democrática para todas as pessoas independentemente de serem deficientes ou não.

## O conceito de letramento autônomo na perspectiva do Ensino Especial

Segundo Kleiman (2008 p. 18), pode-se definir letramento como “um conjunto de práticas sociais que usa a escrita, enquanto sistema simbólico e enquanto tecnologia, em contextos específicos, para objetivos específicos.” Não obstante, a prática de letramento, “pode ser vista como um fenômeno linguístico que observa a abstração do conhecimento a partir de práticas sociais ligadas à escrita.” (Ibidem, p. 18). Este conceito explicita o aspecto social e utilitário do letramento. Assim sendo,

A necessidade de se começar a falar em letramento surgiu, creio eu, da tomada de consciência que se deu, principalmente entre os linguistas, de que havia alguma coisa além da alfabetização, que era mais ampla, e até determinante (TFOUNI, 2010, p. 32).

É sabido que as pessoas com deficiência têm maior dificuldade para transpor as barreiras sociais. Afirma Street (2003), que o letramento, por si só o letramento, dará impacto em outras práticas sociais e cognitivas. O contato das crianças com este, intensificam as suas habilidades cognitivas e melhoram suas perspectivas econômicas e os tornam melhores cidadãos. independentemente das condições sociais e econômicas que explicam seu "iletrismo". e o que o autor chama de modelo "autônomo". visto que desperta a autonomia do indivíduo em diversos aspectos da sua educação.

Neste sentido, Ele apresenta um entendimento de letramento ampliado em relação ao modelo acadêmico defendido no ensino regular, na medida em que, nas escolas de ensino especial, propõe-se um letramento autônomo que parte da experiência e do potencial do seu estudante, independente das condições sociais de seu "*iletrismo*". Desta forma, na prática, o letramento varia de um contexto para outro e de uma cultura para outra e, assim, conseqüentemente, variam os efeitos dos diferentes letramentos em diferentes condições. Este mesmo autor diz, que essa prática social é um modelo de letramento que vem bem acolher ao contexto educacional de quem tem necessidades especiais. O modelo alternativo, ideológico, de letramento oferece uma visão culturalmente mais sensível das práticas de letramento, observando-se o contexto e as necessidades de cada um.

Por isso, no ensino especial, de forma ímpar, o professor precisa partir daquilo que já é realidade do alunado para potencializar as suas habilidades. sendo assim, na medida em que eles desenvolvem as práticas de um letramento autônomo, conseguem entrar em novas áreas da vida social. Baseado na especificidade do

currículo funcional para cada modalidade/etapa do ensino especial, é uma ação primordial para a formação da identidade do indivíduo e do desenvolvimento integral e integrativo do ser humano. O processo em tela torna o ser mais preparado para conhecer e envolver-se com o mundo ao seu redor e na construção de um paradigma inovador mediante a uma inclusão social autêntica desses sujeitos.

Street (2003) destaca ainda que, o letramento autônomo está sempre incorporado às práticas sociais, tais como de um contexto educacional específico, e os efeitos da aprendizagem daquele letramento, em particular, dependerão daqueles contextos específicos. No contexto do ensino especial deve-se pensar em metodologias, para cada modalidade específica, que supram as necessidades do estudante permitindo o trabalho individualizado abrangendo a adaptação funcional, intelectual e psicomotora.

### **As possibilidades metodológicas do letramento autônomo**

O conceito de capacidades possui diversos significados e vem sendo debatido por inúmeros pensadores, de diferentes áreas. Em um primeiro momento, o conceito parece ser simples, todavia, quando se aprofunda seu significado e suas aplicações, nota-se a complexidade inerente ao mesmo. A capacidade, como entendida por Nussbaum (2012) apud Neves (2017, p.60), “está atrelada à formação e à educação física e mental de cada ser humano, processo dinâmico, contínuo e inacabado”.

Há três tipos de capacidades, de acordo com Rodrigues (2012) apud Neves (2017, p.60): “capacidade de direito, capacidade de fato e capacidade plena, que é a soma da capacidade de direito com a de fato”. A capacidade de direito é inerente a todo ser humano e só se perde com a morte. Já a capacidade de fato, apenas algumas pessoas a têm, e está relacionada aos exercícios dos atos da vida civil. Em outras palavras, toda pessoa possui capacidade de direito, mas não necessariamente a capacidade de fato. Todos os indivíduos possuem a capacidade de direito, ou seja, todos são e podem adquirir direitos e deles usufruir. Todavia, nem todos são considerados aptos a exercer seus direitos e os atos da vida civil, os quais consistem na capacidade de fato.

Considerando a educação como uma das formas possíveis de se desenvolver as capacidades acima citadas, e que contribuam para a autonomia e emancipação dos sujeitos, neste sentido, todas as pessoas são capazes de aprender. É preciso

superar o entendimento sedimentado, muitas vezes, que o aprendizado só é verdadeiro se estiver correlacionado aos conteúdos acadêmicos. Na educação especial as regras devem ser outras, desde que o aluno tenha aprendido algo que, de certa forma, beneficiará sua vida pessoal e social. Portanto, acima de tudo é necessário ensinar a preservação da autoestima da parcela de pessoas com necessidades educacionais especiais e os educadores precisam vê-los como seres totalitários, não fragmentados, sempre em busca de certa autonomia, independência e alegria por estarem vivos (RUIZ, 2008).

É importante que todos os profissionais que terão contato com crianças com necessidades especiais (monitores, pedagogos, psicólogos, orientadores educacionais etc.) tenham uma formação sólida, capaz de auxiliá-las da melhor maneira possível e, caso tenham algum déficit em sua formação inicial, é de sua responsabilidade, e também dos sistemas de ensino, buscar aperfeiçoamento por meio de formações continuadas. Nunca se deve esquecer de que ser educador é ter um comprometimento constante com seus educandos, é fornecer uma educação emancipadora, igualitária que possibilite aos alunos atingir seu maior grau de autonomia

Portanto, para que se tenha resultados educacionais com os Estudantes com Necessidades Educacionais Especiais - ENEE é preciso que o educador realize intervenções que os incentivem ao desenvolvimento de habilidades, a partir de suas potencialidades e interesses. É ímpar à valorização das relações interpessoais, o respeito às necessidades dos alunos por meio de suas superações e de seus talentos, tendo como objetivo a integralidade e universalidade da educação.

Em geral, como possibilidade metodológica, o educador explora o lúdico e a adaptação das atividades propostas para facilitar o processo de ensino-aprendizagem, a partir do letramento autônomo do estudante do ensino especial. “Esse resultado indica que o letramento é situado nas práticas sociais, caracterizando-se por sua diversidade” (MAGALHÃES apud KLEIMAN, 1995; SOARES, 1998; BARTON, HAMILTON, 2000). No caso do Distrito Federal isso se traduz em,

a Educação Especial deve dialogar e interagir com várias matrizes curriculares que orientam etapas e modalidades de ensino. De acordo com a LDB nº 9.394/96, o currículo deve ter uma base comum, que pode ser complementada ou suplementada para atender às

características dos estudantes. Em caso de estudantes com graves comprometimentos mentais ou múltiplos, em que não seja possível o acesso ao currículo comum, aponta-se a possibilidade de um currículo funcional, que terá um caráter pragmático com alterações significativas. De acordo com a Resolução nº 02/2001, tanto o currículo como a avaliação devem ser funcionais e propiciar desenvolvimento de competências sociais, acesso ao conhecimento, à cultura e às formas de trabalho valorizadas pela comunidade e inclusão do estudante na sociedade. (BRASILIA, 2018 pp. 20-21)

Piaget (1987) positiva por ser único cada um dos indivíduos, ímpar também será o seu desenvolvimento. Portanto, quanto mais cedo for relacionado e estimulado ao mundo das letras, mais será a sua capacidade de adquirir uma formação funcional produtiva. Os estudantes do ensino especial precisam de atenção as adequações necessárias nos seus conteúdos e métodos, além de um ambiente que seja organizado e que respeite a sua rotina, de modo que facilite a construção do conhecimento, para que o aprendizado seja funcional e personalizado.

Devemos observar e respeitar a formação física/biológica e intelectual/psíquica de cada um, em busca de seu melhor desenvolvimento. Pois, no caso específico da educação especial, mais que alfabetizar é necessário um letramento autônomo para que o ser humano entre em conexão com a aprendizagem do mundo que o cerca e, verdadeiramente, tenhamos uma sociedade inclusiva. Segundo Paulo Freire apud Brasília, (2019, p.1): “a inclusão acontece quando se aprende com as diferenças e não só com as igualdades”.

Destaca-se ainda a importância das adaptações curriculares, da intencionalidade pedagógica na disposição de variados recursos pedagógicos nas salas de aula, estando em consonância com o Projeto Educativo da escola, e o uso de diversos métodos e metodologias pelo professor, para que assim, o estudante do ensino especial sinta-se motivado a aprender.

“Nascemos incompletos e inacabados”, como foi destacado por Freitas (2005, p.56). Este apontamento nos mostra que somos aprendizes dentro de uma cultura que influencia a sociedade. O que se complementa com o pensamento de Rizzo (1998, p.15), disse que “a criança nasce dentro de um contexto biopsicossocial e cultural e irá se desenvolver dentro deste”. Por isso, neste desenvolvimento, a todo momento recebe as influências do ambiente em que vive. Este incentivo ou influência é que aqui se identifica como letramento não usual, que Street (2003) chama de

práticas de letramentos autônomos e Kleiman (2008) assegura como letramento social,

O fenômeno do letramento, então, extrapola o mundo da escrita tal qual ele é concebido pelas instituições que se encarregam de introduzir formalmente os sujeitos no mundo da escrita. Nessa concepção, letramento é o produto da aprendizagem dos usos da escrita e da leitura e não está necessariamente atrelado à alfabetização. A escola é um espaço de letramento que promove o letramento escolar, que se diferencia do letramento social. Para alguém tornar-se letrado é necessário que viva em um contexto em que lhe sejam apresentadas situações que exijam e estimulem a leitura e a escrita de diferentes gêneros e em suportes diversificados.

Logo, neste sentido, não se pode buscar uma formação integral e universal do ser humano, se o educador abrir mão do potencial que tem o letramento autônomo para a criança do ensino especial, que possibilita assim a compreensão que este indivíduo terá de si e de tudo que está ao seu redor.

### **O trabalho foi realizado pelo Centro de Ensino Especial 01 de Ceilândia.**

A pesquisa apresenta como o ensino especial está organizada em uma escola do Distrito Federal, os relatos de professores, a partir de suas práticas com as aulas remotas, da psicóloga escolar, que compõe a Equipe de Ensino Apoio à Aprendizagem – EEAA, e da Orientadora do Serviço de Orientação Educacional – SOE.

A coleta de dados aconteceu no Centro de Ensino Especial 01 de Ceilândia - DF, no período de 12/08 a 24/09. Foi realizado o estudo do Projeto Educativo da escola, entrevista por whatsapp com professores de turma DMU (Deficiências Múltiplas e do interdisciplinar (além dos alunos DMU, atende os alunos com transtornos e das Oficinas Pedagógicas). Neste período houve a observações das aulas via plataforma escola em casa DF, que funciona no google Classroom.

O Centro de Ensino Especial 01 de Ceilândia atende crianças (Transtorno do Espectro Autista-TEA, Transtorno de Rett, Transtorno de Asperger e Transtorno Desintegrativo da Infância e sem outra especificação), Deficiência Física, Sensorial (Visual, Auditiva e Surdocegueira), Intelectual e Múltipla. (BRASÍLIA, 2019)

Com todas essas especificidades, o Projeto Educativo da escola considera que o currículo deve ser repensado no sentido de favorecer uma inclusão real, em um atendimento público de qualidade. Por isso, as adaptações curriculares produzem um currículo que se pauta nas diversas práticas sociais do letramento autônomo, de forma que o aluno tem um planejamento individual adequado às suas necessidades e modalidade que está matriculado.

Nesse contexto, constitui-se como possibilidade educacional para atuar na facilitação da aprendizagem de um currículo dinâmico, alterável, acessível e passível de ampliação. Ou seja, compatível com diversas necessidades dos estudantes e, por isso mesmo, capaz de atender efetivamente a todos, respeitando e valorizando a diversidade (BRASÍLIA, 2018, p.18).

De acordo com Vygotsky (2010, p.26) “reforça que o desenvolvimento de uma criança sem deficiência, se assemelha ao de uma criança com deficiência, o que as difere são as suas singularidades das interlocuções com os outros e com o mundo que as envolve.” Demonstra-se assim, que o Projeto Educativo está atento a valorização do educando e da diversidade presente em cada tipicidade do atendimento oferecido no CEE 01 de Ceilândia.

Ao observar as salas de aulas físicas desta UPE, o pesquisador percebeu que as revistas e os quadros são pintados pelos próprios alunos com os formatos de letras, números e figuras de alimentos, vestuários e hábitos diários de um ser humano (rotinas, almoço, brincar, rezar), o que incentiva a leituras variadas para as crianças.

Neste sentido, o pesquisador percebeu intencionalidade pedagógica na disposição dos recursos pedagógicos nas salas de aula e, em consonância com o Projeto Educativo da escola e com a base teórica supracitada.

O pesquisador entrevistou, por WhatsApp, uma professora do interdisciplinar que atende a estudantes DMU, DI, TGD, TEA, da turma de Deficiência Múltiplas - DMU, uma de educação ambiental e outra professora da oficina pedagógica (DI e DMU com e fora da idade escolar regulamentada, em sua maioria acima dos 18 anos de idade). A partir de duas perguntas semiestruturadas, as entrevistadas responderam, em conjunto, o que o pesquisador irá relatar a seguir:

Pesquisador: - Como foi preparado o ambiente virtual para as aulas das crianças do ensino especial?

Professoras: - *No ambiente virtual das aulas remotas tentou-se promover o mesmo espaço da escola para que as crianças não perdessem a referência do ambiente.*

Pesquisador: - O que tem sido feito pelos professores para garantir o ensino das crianças no ensino remoto?

Professoras: - *Além das aulas no google classrom - feitas por nós professoras - são entregues impressões de materiais aos responsáveis, um conjunto quinzenal de livros, revistas e álbuns de rotinas que os pais devem deixar acessível em sua casa para as crianças. É pedido por nós professoras que os pais tentem, dentro do possível, folhear e ler junto com os estudantes, reforçando assim o elo de compromisso da família com a escola.*

O pesquisador observou no dia 15/08/20 a aula de uma professora *no google classrom* Ela mostrou um milho e perguntou aos alunos e aos responsáveis que os acompanhavam: - *O que vocês fazem com o milho?* As crianças falaram que comem. A professora perguntou: *Como?* Eles falam que: - *assado, cozido.* Os pais ajudaram as crianças complementando: - *fazemos canjica ou Mingau (curau).* Esse diálogo durou cerca de 50 minutos de aula.

Na aula de 22/08/20 a professora retomou a conversa do dia 8/09 com os alunos e pais e disse que: - *Antes do milho ficar pronto para a alimentação existe um processo. O milho não nasce como os animais. Ele tem que ser plantado na terra. Por isso, a tarefa de vocês crianças será plantar um milho no copinho descartável junto com seus pais.*

Na aula de 29/08/20, a professora pediu que as crianças pegassem no kit que a escola disponibilizou o desenho do milho. A professora solicitou aos alunos que pintassem o desenho e colassem as letras por cima do nome "MILHO" escrito na folha.

Ao perguntar para as professoras sobre a preparação da aula, o pesquisador foi informado que todas as Turmas de DMU, do Interdisciplinar e da Oficina pedagógica usaram a mesma metodologia e que ela foi preparada pelas docentes em conjunto na reunião de coordenação pedagógica.

Devido às limitações de cada aluno, as professoras mostram as rotinas, imagens e pedem que os alunos façam a repetição do que foi dito e mostrado, junto com os seus responsáveis. Em relato, as professoras dizem que no tempo em que a aula era presencial, além de desenhar as frutas e de dizer os nomes delas, as

professoras levavam as frutas. Estas frutas eram para as crianças manusearem e até mesmo fazerem as saladas de frutas com auxílio dos educadores e monitores educacionais.

Na escola campo de pesquisa, o serviço de Orientação Educacional é muito presente com as crianças e contribui para o fortalecimento da relação educador – escola e familiares. A Orientação Educacional ajuda, a coordenação pedagógica e professoras, a pensar a partir do mundo e/ou visão do educando e daquela comunidade, que em sua maioria são de vulnerabilidade social e sobrevive de estímulos financeiros do governo como o Benefício de Prestação Continuada - BPC. Este incentivo financeiro foi criado em 1993 pela Lei Orgânica da Assistência Social (Loas), o BPC é pago pelo INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) a idosos a partir de 65 anos ou pessoas com deficiência em situação de vulnerabilidade social. O valor devido mensalmente é de um salário-mínimo (R \$1.045). (FOLHA DE SÃO PAULO, 16.agosto de 2020 às 23h15)

A escola conta com uma psicóloga que atua em consonância com a Orientação Educacional e com a Coordenação Pedagógica, dando suporte aos pais, alunos e professores. Apesar de não ter fonoaudióloga, a psicóloga e a Orientadora educacional têm dado conta do trabalho com as crianças e, dentro das suas possibilidades, buscam fazer dinâmicas que possam ser um paliativo para sanar e/ou dirimir algumas questões dessa área. Elas têm conseguido fazer esta tarefa porque a partir da experiência já adquirida e da troca de informações com fonoaudiólogos do posto de saúde, ao lado da escola, foram aprendendo a como ajudar as crianças que necessitam desse apoio especializado.

A escola promove para os seus servidores e pais encontros com os diversos profissionais do posto de saúde para realizarem palestras que contribuam com o processo educacional das crianças.

Por fim, foi relatado pela psicóloga para o pesquisador, por meio do WhatsApp, que as oficinas pedagógicas e as demais turmas não têm tanto essa preocupação em alfabetizar a pessoa com deficiência/ transtornos. Visa possibilitar e promover a autonomia do aluno e o seu engajamento social. Disse a psicóloga: - *Nossos alunos não sabem escrever direito, mas leem pequenos trechos, pedem para alguém possa salvar os nomes no WhatsApp e passam áudios de fácil compreensão, o que demonstra aí o trabalho de um letramento digital de excelência.*

A sua fala apoia-se facilmente na fala de no conceito de Antunes (2014, p. 10) que acredita: “as relações de sentido não estão localizadas apenas no texto, elas emergem da relação entre texto, contexto e conhecimento do mundo do educando.” e confirmada por Freire (2000, pp. 11-12) ao afirmar que “a leitura do mundo precede a leitura da palavra; a linguagem a realidade se prendem dinamicamente”

Quando o pesquisador perguntou a psicóloga escolar o que era ensinado nas Oficinas Pedagógicas, ela respondeu: - *Neste projeto de oficina pedagógica - OP, os estudantes DI's e DM's confeccionam tapetes, bijuterias e até mesmo jogos pedagógicos que auxiliam a si mesmo em uma melhor qualidade de alfabetização por meio do letramento ao montar os jogos. Estes jogos são vendidos a outras Escolas Classes, em Centros de Ensino Fundamental da própria rede pública e em feiras culturais, como a feira do livro. Os próprios jovens que confeccionam, oferecem, vendem, entregam, cobram e passam os trocos.*

Foi relatado pela professora que: - certa vez em uma entrevista a um dos jornais de grande circulação no Distrito Federal, a jovem estudante que estava sendo entrevistada conseguiu vender à própria jornalista e ao seu assessor uns dos joguinhos feito por ela, demonstrando o envolvimento social e a autonomia despertada por essa prática de letramento social não convencional.

Esse relato vem ao encontro do pensamento de Street (2003, passim):

as formas como os professores ou facilitadores e seus alunos interagem é já uma prática social que afeta a natureza do letramento em processo e as ideias sobre o letramento dos participantes, em especial dos novos educandos e sua posição nas relações de poder. [...] Não é válido sugerir que o "letramento" possa "ser dado" neutramente e que, então, seus efeitos "sociais" sejam vivenciados apenas posteriormente. (Ibidem, passim)

Por isso, a formação identitária do estudante sofre contribuições e ao mesmo tempo contribui no processo autônomo do letramento que por sua vez desperta no alunado a sua própria autonomia, etno e sociocultural. Mendes afirma (2006, p.32) que: “a identidade é socialmente distribuída, construída e reconstruída nas interações sociais.” Essas interações são relacionais e múltiplas baseadas no reconhecimento e na diferenciação por outros atores sociais.

Desta forma, será que a maneira como a família, bem como os profissionais da educação, percebe e trabalha contribui no processo do letramento? Sim, tal maneira contribui com o desenvolvimento físico, mental e emocional da criança,

“consolida significativamente na formação da identidade dos educandos em sua interação com o mundo e na construção de sua própria consciência.” (FREITAS, 2005, p.48).

Neste sentido, sobre esta prática de letramento:

partem das descrições fundadoras que constituem os eventos de letramento extraescolares e práticas desenvolvidas nos NLS, para retornar o olhar para as relações intra e extraescolares, para que os NLS não sejam vistos simplesmente como "antiescolares" ou como estando interessados apenas em letramentos em pequena escala ou de resistência "local". [...] Eles querem utilizar o conhecimento advindo especialmente das experiências emergentes das crianças com o letramento em seus próprios ambientes culturais, para tratar de questões educacionais mais amplas sobre a aprendizagem do letramento e da alternância entre as práticas de letramento requeridas em diferentes contextos (STREET, 2003, passim)

A partir das observações e dos relatos das entrevistadas, o pesquisador entende que as práticas de letramento autônomo contribuem na formação integral dos estudantes do ensino especial. Com base no modelo autônomo de letramento, esta abordagem - defende Street (2003) apud Alexander (2009) - entre o letramento e o crescimento pessoal há uma correlação. Isto levará a uma qualidade de vida que fortalece a auto imagem e privilegia a habilidade de atuação socioculturais. E desenvolve no indivíduo as diversas formas de pensar e compreender o mundo. Contribui também com a dignidade dos responsáveis pelos estudantes porque tanto os alunos, quanto seus familiares, despertam em si a autonomia que os lançam com segurança em um engajamento sociocultural, diminuindo neles a timidez social impressa pelos estigmas pejorativos do nome deficiência.

### **Considerações Finais**

O estudo levanta a problemática do letramento para os alunos com necessidades especiais. Mediante a pesquisa de referenciais teóricos a respeito da história das pessoas com deficiências na história do Brasil, das práticas de letramento e das metodologias que o CEE 01 de Ceilândia adota como resposta a esta problemática.

O termo deficiente vem sofrendo modificações substanciais em seu significado. Era visto como um termo de sentido pejorativo que indicava pessoas com imperfeições ou com anomalias. No Brasil, foram necessárias diversas discussões e leis e normas que asseguram os direitos dos alunos NEE, além de um intenso

movimento de lutas das famílias dessas crianças e de políticas curriculares que trouxeram a importância da inclusão e o respeito às diferenças. Esses documentos defendem a ideia de deficientes como alguém que precisa ser incentivado para quebrar as barreiras sociais que os limitam, deixando de lado o pensamento preconceituoso de que a limitação física ou intelectual é uma deformação de um ser humano que vive à margem da sociedade.

As práticas sociais do letramento autônomo defendidas aqui, diferentes do letramento academicista, estão em consonância ao rompimento das barreiras sociais e dos preconceitos e, levam em conta um ensino contextualizado de acordo com as potencialidades de cada pessoa com deficiência - PCD. Enquanto os teóricos mais clássicos do letramento escolar veem apenas como o processo de leitura escrita ligado a alfabetização, as práticas de letramentos autônomos buscam diversificar as formas de leituras partindo do contexto em que o indivíduo está inserido.

Como no caso dos alunos especiais, há ideia do letramento que respeite as particularidades de cada ser se engrenam com as normas educacionais federais, distritais e do próprio colégio observado. Pois assim, como os documentos visam suplementar ou complementar conteúdos e métodos que auxiliem de melhor forma o trabalho em sala de aula, as práticas de letramento autônomo, baseia-se no contexto da comunidade escolar e atende ao currículo funcional.

Para a efetividade do trabalho funcional do currículo da SEEDF, dos planejamentos internos da escola e das práticas de letramentos não convencionais, os profissionais se utilizam de maneiras lúdicas (com os alunos de deficiências intelectuais-DI e múltiplas-DMU) e repetição de rotina (com educandos que tenham transtorno do espectro Autista-TEA) para a melhor fixação do aprendizado. Todavia, como tal, a escola solicita a participação das famílias dos estudantes como forma de incentivar as leituras de gibis, folhear jornais, revistas e livros de contos infantis. E, a partir dos saberes que os alunos e seus pais já possuem, busca uma prática do conteúdo, seja ao plantar uma semente de milho ou fazer uma salada de fruta, ou ainda, leituras digitais como de figuras, emojis presentes em redes sociais.

Entretanto, o artigo mostra como que as práticas de letramentos autônomos fortalecem o processo do conhecimento a partir da realidade ou necessidade de cada uma das pessoas com necessidades educacionais especiais. O que fortalece a identidade e autonomia de cada ser, e de seus familiares, para um melhor envolvimento em sociedade, trazendo uma formação integral do ser humano. Neste

sentido, as práticas não convencionais de letramento promovem a dignidade daqueles seres que até então estavam à margem da sociedade. Nisso, é possível ver a relevância do letramento na formação acadêmica dos profissionais da educação com foco nas atenções necessárias para universalização do ensino e a garantia de um currículo de excelência aos educandos com deficiências/ transtornos.

O pesquisador conclui que a escola especializada oferta um ensino qualitativo na abrangência da Educação Especial, na medida em que se pauta na valorização das relações interpessoais, no respeito às necessidades de ENEE e, principalmente, no apoio ao desenvolvimento pleno da pessoa com necessidades educacionais especiais por meio de suas superações e de seus talentos para minimizar ou até suprimir as barreiras sociais que as limitavam.

## REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Siumara Elias. Os significados do letramento: uma perspectiva sobre a prática social da leitura e da escrita. In: OS DESAFIOS DA ESCOLA PÚBLICA PARANAENSE NA PERSPECTIVA DO PROFESSOR, 1. Cadernos Pde, Rio Branco do Sul - Pr, 2014. v. 1, p. 1-26. Disponível em: [http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes\\_pde/2013/2013\\_utfpr\\_port\\_artigo\\_siumara\\_elias\\_antunes.pdf](http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2013/2013_utfpr_port_artigo_siumara_elias_antunes.pdf). Acesso em: 07/11/2020.
- BRASIL, Parâmetros curriculares nacionais: adaptações curriculares e estratégias para educação de alunos com necessidades educacionais especiais. Brasília: MEC/SEF/SEESP, 1999. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducacional.pdf>. Acesso em 12/10/2020.
- \_\_\_\_\_, Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1998. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm) Acesso em 12/10/2020.
- \_\_\_\_\_, Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei Federal 9.394/96. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm). Acesso em 23/10/2020. 12/10/2020.
- \_\_\_\_\_, Política nacional de educação especial. Brasília: MEC - SEESP 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducacional.pdf>. Acesso em 12/10/2020.
- BRASÍLIA. Currículo em movimento da educação básica - Educação Especial - Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Brasília, 2018. Disponível em:

[http://www.cre.se.df.gov.br/ascom/documentos/subeb/cur\\_mov/8\\_educacao\\_especial.pdf](http://www.cre.se.df.gov.br/ascom/documentos/subeb/cur_mov/8_educacao_especial.pdf) Acesso em 12/10/2020.

\_\_\_\_\_, Projeto político pedagógico do Centro de Ensino Especial 01 de Ceilândia, Brasília-DF - Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. 2019.

FERREIRO, Emilia; Teberosky, Ana. A Psicogênese da língua escrita. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.

FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler: em três artigos que se complementam. 15 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

FREITAS, P. M. (et al.) Relação entre o estresse materno e a inclusão escolar de crianças com paralisia cerebral. In: Arquivos Brasileiros de Psicologia, São Paulo, v.57, n. 1/2, p. 46-57, jan./dez. 2005.

GOFFMAN, E. Estigma, notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

GOMES, C. e Barbosa, A.J. , G. [Inclusão escolar do portador de paralisia cerebral: atitudes de professores do ensino fundamental](#). In: Revista Brasileira de Educação Especial, Jan-Abr 2006, v. 12 nº 1, p. 85-100.

KLEIMAN, A. B. (Org.) Os significados do letramento. Uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas, SP, Mercado de Letras, 1995.

KLEIMAN, A. B. Modelos de letramento e as práticas de alfabetização na escola. In: KLEIMAN, Angela B. (Org.). Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas: Mercado das Letras, 2008.

MAGALHÃES, Izabel. Letramentos e identidades no ensino especial. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em:

<http://www.letras.ufrj.br/linguisticaaplicada/gtidentidade/docs/recom/isa.pdf>. Acesso em 02/11/2020.

MENDES, E.G. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 11, n. 33, p.387-405, 2006.

MUNHOZ, Fábio. Folha de São Paulo. São Paulo, 2020. Disponível em: <https://agora.folha.uol.com.br/grana/2020/08/veja-quem-tem-direito-de-receber-o-bpc-pago-pelo-inss-a-idosos.shtml>, 2020. Acesso em 30/10/2020.

NEVES, Anamelia F. D. Perspectivas metodológicas para o ensino de história para/com deficientes intelectuais na educação de jovens e adultos: Possibilidades na educação sociocomunitária. Americana, 2017. Disponível em: [https://unisal.br/wp-content/uploads/2018/03/Disserta%3%a7%3%a3o\\_Anamelia-Freire-D%2%b4Alkmim-Neves.pdf](https://unisal.br/wp-content/uploads/2018/03/Disserta%3%a7%3%a3o_Anamelia-Freire-D%2%b4Alkmim-Neves.pdf), 2020. Acesso em 07/11/2020.

PIAGET, Jean. O nascimento da inteligência na criança. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

RIZZO, A. M. P. P. Psicologia em paralisia cerebral: experiência no setor de psicologia infantil da AACD. In: SOUZA, A. M. C.; FERRARETTO, I. (Org.). Paralisia cerebral: aspectos práticos. São Paulo: Memnon, 1998.

RUIZ, Herica E. B, Metodologias alternativas no aprendizado de pessoas com necessidades educativas especiais, incluindo deficiência mental, em níveis

diversificados de comprometimento. Programa de desenvolvimento educacional – PDE.Pitangas.2008. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1037-4.pdf>. Acesso em 08/11/2020.

STREET, B. Políticas e práticas de letramento na Inglaterra: uma perspectiva de letramentos sociais como base para uma comparação com o Brasil. 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-32622013000100004>. Acesso em 26/10/2020.

TFOUNI, Leda Verdiani. Letramento e Alfabetização. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2010.  
VIGOTSKI, L. S. A questão do meio na pedagogia (M. P. Vinha, trad.). Psicologia USP, (Trabalho original publicado em 1935), 2010.